

Colatina, 16 de dezembro de 2022.

MENSAGEM N.º 134/2022 – Referente ao Processo 027747/2022.


**Excelentíssimo Senhor Presidente,
Nobres Vereadores,**

Capeado pela presente mensagem, envio a Vossa Excelência o Projeto de lei que visa obter a autorização legislativa para que o Poder Executivo possa ceder a **ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DO CÓRREGO SÃO PEDRINHO**, 01 (um) Micro trator agrícola 15 CV – (novo), 01 (uma) Enxada rotativa para acoplar em micro trator agrícola 15 CV – (nova), 01 (uma) Carreta agrícola para acoplar em micro trator agrícola 15 CV – (nova), 01 (um) Encanteirador para acoplar em micro trator agrícola 15 CV – (novo), 01 (um) Sulcador para acoplar em micro trator agrícola 15 CV – (novo), 01 (um) Pulverizador atomizador 450 L p/ acoplar em Trator 75 CV – (novo), 01 (uma) carreta agrícola de madeira para acoplar em trator agrícola 75 CV (nova), 01 (um) Arado fixo para acoplar em trator agrícola 75 CV – (novo), 01 (uma) Grade niveladora para acoplar em trator agrícola 75 CV – (nova), 01 (um) Sulcador simples p/ acoplar em trator agrícola 75 CV – (novo), 01 (uma) Plana agrícola p/ acoplar em trator agrícola 75 CV (novo), através de Contrato de Concessão de Uso, com a finalidade de promover o desenvolvimento de serviços de preparo de terra para plantio, melhorar o manejo das lavouras, melhorar o transporte dos produtos, bem como outras atividades que possam viabilizar o processo produtivo dos produtores rurais associados.

Solicito as providências de Vossa Excelência no sentido de remeter ao Plenário a matéria citada, para que seja apreciada e aprovada pelos ilustres membros, na forma proposta.

Espero contar com o inteiro apoio dessa Presidência e demais Vereadores, diante de sua importância para aquelas comunidades, e aproveito para renovar meus protestos de estima e consideração.

Saudações cordiais,


JOÃO GUERINO BALESTRASSI
Prefeito Municipal

**Exmº. Sr.
Jolimar Barbosa da Silva
DD. Presidente da Câmara Municipal
de Colatina
Nesta.**



PROJETO DE LEI nº _____/2022.

Autoriza a cessão de uso de 01 (um) Micro trator agrícola 15 CV – (novo), 01 (uma) Enxada rotativa para acoplar em micro trator agrícola 15 CV – (nova), 01 (uma) Carreta agrícola para acoplar em micro trator agrícola 15 CV – (nova), 01 (um) Encanteirador para acoplar em micro trator agrícola 15 CV – (novo), 01 (um) Sulcador para acoplar em micro trator agrícola 15 CV – (novo), 01 (um) Pulverizador atomizador 450 L p/ acoplar em Trator 75 CV – (novo), 01 (uma) carreta agrícola de madeira para acoplar em trator agrícola 75 CV (nova), 01 (um) Arado fixo para acoplar em trator agrícola 75 CV – (novo), 01 (uma) Grade niveladora para acoplar em trator agrícola 75 CV – (nova), 01 (um) Sulcador simples p/ acoplar em trator agrícola 75 CV – (novo), 01 (uma) Plaina agrícola p/ acoplar em trator agrícola 75 CV (novo), através de Contrato de Cessão de Uso, à Associação de Produtores Rurais do Córrego São Pedrinho _____ :

A Câmara Municipal de Colatina, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, APROVA:

Art. 1º - Fica o Município de Colatina, através do Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a ceder 01 (um) Micro trator agrícola 15 CV – (novo), 01 (uma) Enxada rotativa para acoplar em micro trator agrícola 15 CV – (nova), 01 (uma) Carreta agrícola para acoplar em micro trator agrícola 15 CV – (nova), 01 (um) Encanteirador para acoplar em micro trator agrícola 15 CV – (novo), 01 (um) Sulcador para acoplar em micro trator agrícola 15 CV (novo), 01 (um) Pulverizador atomizador 450 L p/ acoplar em Trator 75 CV – (novo), 01 (uma) carreta agrícola de madeira para acoplar em trator agrícola 75 CV (nova), 01 (um) Arado fixo para acoplar em trator agrícola 75 CV – (novo), 01 (uma) Grade niveladora para acoplar em trator agrícola 75 CV – (nova), 01 (um) Sulcador simples p/ acoplar em trator agrícola 75 CV – (novo), 01 (uma) Plaina agrícola p/ acoplar em trator agrícola 75 CV (novo), identificados no Anexo I - do Contrato de Cessão de Uso, à Associação de Produtores Rurais do Córrego São Pedrinho, com sede neste Município, através de Contrato de Cessão de Uso.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Parágrafo Único - Os equipamentos cedidos têm a finalidade de promover o desenvolvimento de serviços de preparo de terra para plantio, melhorar o manejo das lavouras, melhorar o transporte dos produtos, bem como outras atividades que possam viabilizar o processo produtivo dos produtores rurais associados.

Art. 2º – O Contrato de Concessão de Uso vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado se houver o interesse das partes.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Colatina, etc., etc., etc...



**CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO PMC nº
XXX/2022.**

**CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO QUE ENTRE
SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COLATINA, E A
ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS
DO CÓRREGO SÃO PEDRINHO, COLATINA-ES**

PARTES:

- a) O **MUNICÍPIO DE COLATINA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.165.729/0001-74, com sede à Av. Ângelo Giuberti, 343, Bairro Esplanada, nesta cidade, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **JOÃO GUERINO BALESTRASSI**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, residente à Rua José Gatti, 90, apt 201, Bairro Marista, Colatina-ES, portador da CI: 347.816 SSP/ES e do CPF nº 493.782.447-34, doravante denominado **CONCEDENTE**.
- b) A **ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO CÓRREGO SÃO PEDRINHO**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 01.314.598/0001-56, com sede na comunidade rural do Córrego São Pedrinho, Colatina-ES, neste ato representado pelo seu presidente, Sr. **LUIZ CARLOS TINELLI**, Agricultor, brasileiro, portador da CI Nº 31344 NTPS ES e do CPF nº 302.772.057-00, residente na rua Mafalda Galimberti 179, 2º andar, Vila Lenira, neste município, denominado **CESSIONÁRIA**.

As partes acima nomeadas e qualificadas resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO**, o qual reger-se-á pelas leis aplicáveis a espécie, pelas cláusulas e condições subseqüentes cuja autorização consta do Processo nº 027747/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a concessão de uso dos bens móveis, de forma gratuita, abaixo descrito, todos de propriedade do **CONCEDENTE**.

- 01 (um) Micro trator agrícola 15 CV – (novo)
- 01 (uma) Enxada rotativa para acoplar em micro trator agrícola 15 CV - (nova).
- 01 (uma) Carreta agrícola para acoplar em micro trator agrícola 15 CV - (nova).
- 01 (um) Encanteirador para acoplar em micro trator agrícola 15 CV - (novo).
- 01 (um) Sulcador para acoplar em micro trator agrícola 15 CV - (novo).
- 01 (um) Pulverizador atomizador 450 L p/ acoplar em Trator 75 CV – (novo)
- 01 (uma) carreta agrícola de madeira para acoplar em trator agrícola 75 CV; (nova).
- 01 (um) Arado fixo para acoplar em trator agrícola 75 CV – (novo)
- 01 (uma) Grade niveladora para acoplar em trator agrícola 75 CV – (nova).
- 01 (um) Sulcador simples p/ acoplar em trator agrícola 75 CV - (novo).
- 01 (uma) Plaina agrícola p/ acoplar em trator agrícola 75 CV - (novo).



CLAÚSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE

O presente **CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO** visa ao atendimento da **ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO CÓRREGO SÃO PEDRINHO**, tem por finalidade desenvolver serviços de preparo de terra para plantio, melhorar o manejo das lavouras, melhoria do transporte dos produtos, bem como outras atividades que possam viabilizar o processo produtivo dos produtores rurais associados. Os bens foram adquiridos com recursos da SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, e doados ao município de Colatina-ES através dos Contratos de Doação SEAG nº 1285/2022; nº 677/2022; nº 660/2022; nº 627/2022 e nº 919/2022. Os bens encontram-se em excelente estado de conservação (novos). Tal iniciativa proporcionará o aumento da renda do produtor e a melhoria da qualidade de vida do agricultor do município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO

Os bens deverão ser utilizados exclusivamente pela **CESSIONÁRIA** para sua operacionalização, em ações que visam proporcionar melhoria do processo produtivo, do transporte e da comercialização, e como consequência, promover desenvolvimento sustentável com melhoria da qualidade de vida do agricultor familiar.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

Constituem obrigações e responsabilidades:

I - DA CONCEDENTE- PMC:

- a) Ceder a **CESSIONÁRIA** os bens descritos na Cláusula Primeira deste, no estado e local que se encontra, mediante assinatura de Termo de Responsabilidade de Bens Móveis – Anexo I;
- b) Receber os bens cedidos, ao término deste **CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO**, ou de seu último **ADITAMENTO**.
- c) Extinguir o presente **CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO** retornando os bens **cedidos**, caso ocorra inadimplemento de qualquer das cláusulas aqui estabelecidas;
- d) Supervisionar e fiscalizar a execução do objeto do presente **CONTRATO** estabelecendo as normas e regras de controle patrimonial a serem seguidas pela **CESSIONÁRIA**.

II – Da **CESSIONÁRIA**:

- a) Receber os bens mediante assinatura do Termo de Responsabilidade de Bens Móveis – Anexo I, utilizá-lo e administrá-lo como se seu fosse enquanto perdurar o presente **CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO** ou seus **ADITIVOS** e devolvê-lo em perfeitas condições de uso e conservação, salvo o desgaste natural do tempo e uso e de danos causados por fenômenos naturais, obrigando-se a cuidar, conservar e zelar, não podendo utilizá-lo senão de acordo com o contrato, mantendo-o livre de quaisquer fatores que, eventualmente acarretariam perdas e danos;
- b) Responsabilizar-se pela guarda, pagamentos de débitos junto ao DETRAN/ES (como multas, tributos ou taxas, no período da concessão), no caso de veículos, e/ou qualquer penalidade e/ou qualquer cobrança que venha recair durante o período da concessão, transporte, aferição do cronotacógrafo, manutenção, revisões e



- substituição de peças (conforme manual do veículo, e se tratando de veículo em garantia, em concessionária autorizada da marca), reparo, lubrificação, abastecimento e zelar pela conservação da plaqueta de registro patrimonial, bem como obrigatória a identificação dos bens com descrições a serem fornecidas pelo Município;
- c) Responsabilizar-se pelo uso dentro das finalidades, objeto do presente, pelos possíveis danos causados a pessoas e bens em decorrência da execução deste **TERMO DE CONCESSÃO DE USO**, sendo de sua exclusiva responsabilidade, a reparação de quaisquer danos que porventura sejam causados ao **CONCEDENTE** e a terceiros, pela mesma ou seus prepostos, em face da utilização do bem já descrito, assumindo, em qualquer hipótese, como principal devedora, judicial ou extrajudicial, isentando ao **CONCEDENTE**, de qualquer envolvimento ou ônus, cabendo, ainda a **CESSIONÁRIA**, a adoção de medidas administrativas e judiciais necessárias para a resolução de quaisquer assuntos decorrentes da utilização do bem;
- d) Responsabilizar-se pelas despesas com os operadores do referido objeto, inclusive encargos sociais;
- e) Informar oficialmente a **CONCEDENTE** a relação dos bens que se tornarem, **inservíveis** (ociosos, obsoletos, antieconômico ou irrecuperável), devido ao desgaste natural do tempo e uso, bem como, danos causados por fenômenos naturais, para que o setor competente tome as providências cabíveis.
- f) Atender às orientações e regramentos de controle dos bens cedidos emanadas pelo **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

- 1- A **CESSIONÁRIA** devolverá os bens cedidos findo o prazo deste CONTRATO ou quando solicitado pela **CONCEDENTE**.
- 2- A **CESSIONÁRIA** não poderá locar, ceder, transferir, trocar, vender ou leiloar, sob qualquer pretexto e a qualquer título, os bens ora cedidos para terceiros.
- 3- A **CESSIONÁRIA** não poderá utilizar os bens cedidos, em desacordo com as finalidades descritas na Cláusula Segunda no presente **CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO**.
- 4- Os bens deverão ser operacionalizados por pessoas habilitadas para tal função, ficando sob total responsabilidade da **CESSIONÁRIA** quaisquer danos, seja de que natureza for, em decorrência da utilização dos bens, devendo arcar com as consequências cabíveis.
- 5- A **CESSIONÁRIA** deverá disponibilizar o livre acesso aos servidores dos órgãos do **CONCEDENTE**, bem como órgão de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis, bem como ao local onde se encontram os bens para realização da verificação física,
- 6- Caso ocorra sinistro com os bens cedidos, todas as indenizações e despesas decorrentes deste fato serão de inteira responsabilidade da **CESSIONÁRIA**, ainda que decorrentes de caso fortuito ou força maior.
- 7- O descumprimento das orientações emanadas pela **CONCEDENTE** para realização do controle patrimonial dos bens cedidos constitui-se em motivo para rescisão deste presente CONTRATO e conseqüente retorno dos mesmos à **CONCEDENTE**.
- 8- Os bens patrimoniais cedido a **CESSIONÁRIA** e não localizado no dia da verificação física, cuja justificativa não seja aceita pela Comissão de Levantamento Patrimonial designada pelo **CONCEDENTE**, serão considerados extraviados e, nessa condição, serão tomadas as providências cabíveis;



- 9- O desaparecimento de bens patrimoniais cedidos com evidência de roubo ou furto, deverá ser comunicado imediatamente à **CONCEDENTE**, acompanhado do Boletim Ocorrência Policial - (BO), contendo a descrição dos bens de acordo com a **Cláusula Primeira** do presente CONTRATO para que seja tomada a providência cabível;
- 10- Se confirmando o desaparecimento dos bens patrimoniais no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nas condições supracitadas, a **CESSIONÁRIA** deverá efetuar o ressarcimento à **CONCEDENTE** correspondente ao valor dos bens patrimoniais cedidos no estado e nas condições que o mesmo se encontrava no momento do furto, conforme nota fiscal de compra, podendo a critério da **CONCEDENTE**, utilizar-se como parâmetro o valor apresentado na Fundação Instituto de Pesquisas Econômica – FIPE.
- 11- No caso de sinistro, de que resulte dano parcial, após o registro da ocorrência, a **CESSIONÁRIA** deverá mandar recuperar os bens ora cedidos, responsabilizando-se pelas despesas.
- 12- Caso do sinistro resulte perda total dos bens ora cedidos, após o registro da ocorrência, a **CESSIONÁRIA** deverá devolvê-los à **CONCEDENTE** no estado em que se encontram, sem prejuízo da indenização respectiva.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente **CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO** terá sua vigência pelo **prazo de 10 (dez) anos** a partir da assinatura, podendo ser prorrogado se houver interesse das partes.

PARAGRAFO ÚNICO – A solicitação da prorrogação do **CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO** deverá ser manifestada pela **CESSIONÁRIA** à **CONCEDENTE** no prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do término do prazo de vigência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

Este Instrumento poderá ser denunciado por quaisquer uma das partes ou rescindido por combinação entre as mesmas, mediante comunicação por escrito acompanhada de memorial justificativo que produzirá efeito depois de decorridos 30 (trinta) dias, contados do recebimento pela destinatária, desde que não seja caso de rescisão unilateral do termo pela concedente.

CLÁUSULA OITAVA - DO INADIMPLEMENTO

O presente **INSTRUMENTO** regula-se pelas condições nele acordadas e demais normas aplicáveis, ficando estabelecido que o inadimplemento ou infringência de quaisquer delas, determinará a sua rescisão, independentemente de notificação, interpelação ou outra medida judicial ou extrajudicial, salvo caso fortuito ou força maior, perfeitamente comprovados e reconhecidos pelas partes Signatária.

CLÁUSULA NONA – DA DEVOLUÇÃO

Findo o presente instrumento, por qualquer que seja o motivo, os bens ora cedidos deverão ser devolvidos em bom estado de conservação e em perfeitas condições de uso.



CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

As partes signatárias, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que seja, elegem o Foro da Comarca de Colatina, com competência para dirimir todas as dúvidas, questões e ações decorrentes deste **CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO** que não possam ser solucionadas administrativamente, por entendimento direto das partes.

E, por se acharem desta forma justos e, contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, em presença das testemunhas que abaixo subscrevem.

Colatina (ES), ____ de dezembro de 2022.

CONCEDENTE:


.....
JOÃO GUERINO BALESTRASSI
Prefeito Municipal de Colatina

CESSIONÁRIO:

.....
LUIZ CARLOS TINELLI
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO CÓRREGO SÃO PEDRINHO

TESTEMUNHAS:

1. Nome: _____

CPF: _____

2. Nome: _____

CPF: _____




ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

ANEXO I

TERMO DE RESPONSABILIDADE

DE	PARA
EXPEDIDOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA	RECEPTOR: ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO CÓRREGO SÃO PEDRINHO

Nº DE ORDEM	CARACTERÍSTICA DO BEM	Q T D	EXISTÊNCIA DE ACESSÓRIOS		ESTADO DE CONSERVAÇÃO					Nº DE PATRIMÔNIO PMC	VALOR DO BEM R\$	OBSERVAÇÕES
			SIM	NÃO	E	B	R	P				
01	Micro Trator agrícola 75 CV, a diesel, Marca LANSU, Modelo CAM15, Cor azul/vermelho, ano 2022	01		x	X						15.385,00	Nota Fiscal nº 17.793
02	Enxada rotativa para acoplar em micro trator agrícola 15 CV, Marca LANSU, Modelo ENX15, ano 2022	01		x	x						8.260,00	Nota Fiscal nº 17.793
03	Carreta agrícola tracionada para microtrator 15 CV, Marca MáquinaFort, Modelo 0502, ano 2022	01		x	x						9.975,00	Nota Fiscal nº 18.358
04	Encanteirador para microtrator 15 CV, Modelo EH 900, Marca MáquinaFort, ano 2022	01		x	x						3.410,00	Nota Fiscal nº 18.358
05	Sulcador para microtrator 15 CV, Modelo S-900, Marca MáquinaFort, ano 2022	01		x	x						4.000,00	Nota Fiscal nº 18.358
06	Pulverizador atomizador 450 litros para acoplar em trator agrícola 75 CV, Marca Pulvemaq, Modelo PTTM 450, ano 2022	01		x	x						11.552,13	Nota Fiscal nº 5037
07	Carreta agrícola carroceria de madeira, acoplável em trator 75 CV, Marca MetalFreitas, Modelo MF 4 ton, Série 354, ano 2022	01		x	x						10.300,00	Nota Fiscal nº 1656
08	Arado fixo acoplável em trator 75 CV, Marca Kohler, Modelo ARF 328, Série nº 22/1371, ano 2022	01		x	x						15.500,00	Nota Fiscal nº 12.063
09	Grade niveladora para acoplar em trator 75 CV, Marca KLR – Kohler, Modelo GNL 28x20, cor vermelho, série nº 22/1365, ano 2022	01		x	x						16.000,00	Nota Fiscal nº 12.059
10	Sulcador simples acoplável em trator 75 CV, Marca ASUS, modelo 1 linha, série: SC00729/22	01		x	x						3.600,00	Nota Fiscal nº 16.302
11	Plaina agrícola traseira acoplável em trator 75 CV, marca ASUS, Modelo 2,30 m, série PL01600/22	01		x	x						6.600,00	Nota Fiscal nº 16.307
TOTAL GERAL R\$											104.582,13	

EXPEDIDOR DATA: COLATINA-ES, / /2022  NOME: JOÃO GUERINO BALESTRASSI PREFEITO MUNICIPAL DE COLATINA-ES ASSINATURA:	RECEPTOR A PARTIR DESTA DATA, ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE PELO BEM ACIMA CITADOS, ZELANDO-O E CONSERVANDO-O CONFORME CONSTA NO REFERIDO CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO. NOME: LUIZ CARLOS TINELLI PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO CÓRREGO SÃO PEDRINHO ASSINATURA:
---	---



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://camaracolatina.nopapercloud.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310037003100320034003A005000

Assinado eletronicamente por **Prefeito Municipal de Colatina** em 22/12/2022 10:14

Checksum: **5D73D7AF758B2948F788322ECFD34DB19061E2633BB11C414D392223B22957AA**



Autenticar documento em <http://camaracolatina.nopapercloud.com.br/autenticidade> com o identificador 310037003100320034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.